



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CANIL CENTRAL - SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2114397/2017-SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF

Processo nº 08200.004127/2017-18

1. DO OBJETO

- 1.1 Aquisição de material de consumo, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Instrumento;

Tabela 01

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT (*)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
01	Xampu neutro para cães - frasco com 5 litros.	-	und	20	65,00	1.300,00
02	Solução de Peróxido de Hidrogênio 3% - uso externo.	-	litro	24	6,50	156,00
03	Scalp estéril para acesso venoso periférico - 21g - com dispositivo de segurança e borboleta - cânula trifacetada, em inox siliconizada.	-	und	100	2,00	200,00
04	Almotolia transparente, bico reto, 250ml.	-	und	20	3,60	72,00
05	Solução aquosa de Digluconato de Clorexidina 2% - antisséptico tópico.	-	litro	20	14,49	289,80
06	Colar liso para cães de grande porte, em aço inox, com espessura mínima de 3mm e comprimento de 55 a 60cm.	-	und	40	38,00	1.520,00
07	Bolinha maciça não lisa, confeccionada em material termoplástico injetado, resistente a mordida de cães de grande porte, com diâmetro de 7cm, com orifício central para corda de polipropileno, com 8 mm de	-	und	40	35,90	1.436,00

	espessura e, no mínimo, 25cm de comprimento, com largura e disposição adequada a não permitir o acesso do animal ao nó que prende a corda.					
08	Bastão de mordida com resistência para cães de grande porte, com comprimento de 30cm, diâmetro de 4 a 5cm, em tecido de algodão e poliamida (Bite Suit), recheado com feltro resinado e tarugo de polipropileno, com 01 alça de polipropileno em formato de fita, fixada em suas 2 extremidades.	-	und	60	30,00	1.800,00
VALOR TOTAL MÁXIMO						6.773,80

(*) A identificação CATMAT será definida pelo Serviço de Compras – SECOM/DICOM/COAD/DLOG/PF.

- 1.2 Os produtos não são objeto de nenhum outro Contrato ou Ata de Registro de Preços atualmente vigente na Polícia Federal;
- 1.3 Os produtos a serem adquiridos não se enquadram nas categorias que fazem jus à aplicação de Margem de Preferência, conforme a legislação atualmente vigente.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A aquisição em tela, objetiva atender a demanda da Área de Veterinária, relativa ao material necessário aos cuidados básicos diários, preventivos e eventuais com os cães de trabalho da PF, bem como, a demanda da área de Ensino e Treinamento, relativa ao material necessário ao treinamento e adestramento dos animais;
- 2.2 A aquisição dos produtos nas quantidades constantes neste Termo de Referência objetivou o atendimento da demanda durante o período de 12 (doze) meses, mantendo regular o estoque do material de consumo das áreas mencionadas no item anterior;
- 2.3 Os animais de trabalho da PF são submetidos a treinamentos técnicos diários compostos de uma série de atividades que requerem a utilização de uma gama de recursos materiais, assim como, cuidados veterinários específicos que visam garantir a manutenção da saúde dos cães, como também, o desempenho de suas funções com maior agilidade, com sentidos mais aguçados e, consequentemente, com uma resposta mais eficaz aos eventos a que forem submetidos.
- 2.4 Das Especificações
 - 2.4.2 As especificações constantes neste Instrumento não estão direcionadas a nenhum fornecedor ou marca determinada, porém, objetivam a aquisição de produtos com o padrão de qualidade e desempenho que a demanda exige;
 - 2.4.3 Todos os Itens deverão atender as especificações constantes neste Instrumento, assim como, estarem em conformidade com a legislação vigente, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental em sua fabricação;
 - 2.4.4 Todos os itens que possuem prazo de validade deverão apresentar prazo de validade restante não inferior a 70% (setenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante, no momento da entrega do produto.
- 2.5 Dos Critérios Ambientais
 - 2.5.2 A fabricação dos produtos a serem fornecidos deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;
 - 2.5.3 Os materiais e peças empregados na fabricação dos produtos deverão atentar para a redução de impacto ambiental, podendo ser exigido do fornecedor a comprovação de que a fabricação do produto:
 - 2.5.3.1 Utiliza, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;

- 2.5.3.2 Prioriza, quando possível, o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para fabricação do objeto;
- 2.5.3.3 Utiliza materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 2.5.4 A comprovação de que trata o item 2.5.3, caso exigida pela Contratante, poderá ser feita através da apresentação de licença ou certificado de conformidade ambiental, emitida por órgão executivo de fiscalização ambiental, em quaisquer das esferas (municipal, estadual ou federal) ou por instituição credenciada, ou ainda por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências constantes neste Termo.

2.6 Da Relação Demanda Quantidade

- 2.6.2 Os quantitativos estimados para a presente aquisição, visam o atendimento das demandas necessárias às Áreas de Veterinária e de Ensino e Treinamento do SECAN, durante o período de 12 (doze) meses;
- 2.6.3 A média anual do número de cães alocados no SECAN, atualmente varia em torno de 25 (vinte e cinco) a 39 (trinta e nove) animais, capacidade máxima do Canil em função do número de boxes;
- 2.6.4 Esse efetivo, porém, depende de vários fatores, tais como, do resultado do programa de reprodução, da aquisição de novos animais, da distribuição ou recolhimento de animais das Unidades Caninas Regionais, da baixa técnica ou aposentadoria dos animais, entre outros;
- 2.6.5 As quantidades dos produtos de consumo veterinário, bem como, dos materiais de treinamento, foram estimadas considerando os quantitativos que seguem:
 - 2.6.5.1 A média anual de 36 (trinta e seis) animais alocados no SECAN;
 - 2.6.5.2 A quantidade total do plantel da PF, atualmente composto por 50 (cinquenta) animais adultos na ativa e 27 (vinte e sete) animais filhotes em treinamento;
 - 2.6.5.3 A realização de 01 (um) curso de operador de cães detectores de drogas, previsto para o ano corrente.
- 2.6.6 Cabe ressaltar, no entanto, que os quantitativos levantados são meramente estimativos, uma vez que dependem da ocorrência dos fatores mencionados no item 2.6.4.

2.7 Dos Documentos de Habilitação Técnica

- 2.7.2 Como condição de habilitação técnica a empresa fornecedora deverá:
 - 2.7.2.1 Apresentar certificado de registro de estabelecimento comerciante de produtos veterinários, expedido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 5.053, de 22 de abril de 2001, para o item 01;
 - 2.7.2.2 Apresentar Autorização de Funcionamento da empresa expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Certificado de Regularidade (CR), junto ao Conselho Regional de Farmácia (CRF), para os itens de 02 a 05.

2.8 Dos Valores Máximos de referência

- 2.8.2 Após pesquisa de preços de mercado, estimou-se os valores totais máximos de referência de cada Item, conforme discriminados na **Tabela 01**, constante no subitem 1.1 deste Termo;
- 2.8.3 Não serão admitidas propostas com valores unitários superiores aos discriminados na **Tabela 01**, mencionada no item anterior;
- 2.8.4 Dessa forma, chegou-se ao valor total máximo de **R\$ 6.773,80 (seis mil, setecentos e setenta e três reais e oitenta centavos)** para a presente aquisição.

2.9 Do Termo Substitutivo do Instrumento de Contrato

- 2.9.2 Não há obrigatoriedade na formalização de termo de contrato, uma vez que o fornecimento não gera obrigação futura, conforme os termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93.

3. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 3.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. **DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

- 4.1 O prazo de entrega dos bens é de até 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão e conhecimento da Nota de Empenho, em entrega única;
- 4.2 Local da entrega:
 - 4.2.2 Serviço de Canil Central do Departamento de Polícia Federal, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 07, Lote 23 – Brasília/DF – CEP 70.610-902, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.
- 4.3 Não serão recebidos os produtos em dias e horários diferentes dos estabelecidos no subitem acima.
- 4.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais de fábrica, contendo marca, fabricante, procedência, prazo de validade, quando for o caso, e demais exigências constantes da legislação em vigor;
- 4.5 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante;
- 4.6 Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo setor solicitante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta do fornecedor;
- 4.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

- 4.8 Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante o atesto da Nota Fiscal por parte da Contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após seu recebimento;
- 4.8.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.9 O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 São obrigações da Contratante:
 - 5.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Instrumento, assim como, no Edital e seus anexos, quando for o caso;
 - 5.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 5.1.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 5.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor/comissão especialmente designado;
 - 5.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Instrumento e no Edital e seus anexos, quando for o caso.
- 5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, na sua proposta e no Edital e seus anexos, quando for o caso, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo e no Edital e seus anexos, quando for o caso, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, quando for o caso;
 - 6.1.2.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
 - 6.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 6.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Instrumento e no Edital e seus anexos, quando for o caso;
 - 6.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:
 - 8.1.2 Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - 8.1.3 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;
 - 8.1.4 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

9. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 9.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais serão encaminhadas, por escrito, à autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das imediatas medidas saneadoras;
- 9.3 Aos Fiscais reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Nota Fiscal/Fatura se, no ato da apresentação, a execução do contrato não estiver de acordo com o especificado neste Instrumento e no Edital e seus anexos, quando for o caso;
- 9.4 A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

- 9.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 10.1.2 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.4 Fraudar na execução do contrato;
- 10.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.6 Cometer fraude fiscal;
- 10.1.7 Não mantiver a proposta.
- 10.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.2 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.3 Multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 10.2.4 Multa compensatória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 10.3.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.3.3 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
- 10.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 O presente Instrumento foi elaborado nos termos do Modelo de Termo de Referência – Compras Pregão, disponibilizado no site da AGU, atualizado em janeiro/2016.

12. DOS ANEXOS

- 12.1 Mapa Comparativo de Preços;
- 12.2 Pesquisa de preços de mercado.

MARCELO AZEM
Agente de Polícia Federal
Chefe do SECAN/DIREN/CGPRE

Despacho:

1- De acordo;

2 - Aprovo o presente Termo de Referência, conforme o disposto no Inciso II do Art. 9º do Decreto nº 5.450/2005.

Documento assinado eletronicamente por **MARCELO AZEM, Chefe de Serviço**, em 04/04/2017, às



15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO LEITE VALEIXO, Diretor(a)**, em 04/04/2017, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE CUSTODIO NETO, Coordenador-Geral - Substituto(a)**, em 05/04/2017, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2114397** e o código CRC **0862F3DE**.